

**Online**

Capa ▾

Cidades ▾

Economia ▾

Esporte ▾

Polícia ▾

Política ▾

Opinião ▾

Caderno 2 ▾

Região ▾

Últimas Notícias ▾

Eleições 2010 ▾

Coluna De Chaleira ▾

Diário MS Festa

Arraiá Unigran_2011



Feijoada de Outono_3



Feijoada de Outono_2

**Opinião**TAMANHO DA LETRA: **A A A****Mais do que cotas**

Terça-feira, 28 de Junho de 2011

Luiz Gonzaga Bertelli (*)

A lei que estabelece cotas de contratação de pessoas com deficiência completa duas décadas de vigência em julho ainda muito aquém de entrar para o seleto grupo das determinações legais "que pegam". Mesmo constatando que a inclusão dos deficientes sofreu queda de 17,4% entre 2007 e 2009, como foi recentemente divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e abordado por nossa reflexão semanal há algumas semanas, a ação afirmativa cumpre sua função.

Brasileiros que por séculos foram excluídos do processo produtivo reverterem o jogo, mostrando que aproveitaram a janela aberta pela lei nº 8213/91 para se qualificar profissionalmente e agora querem mais. Uma pesquisa da **Page Personnel**, empresa especializada em recrutamento e seleção, apurou que trabalhadores nesse perfil não estão se contentando com as condições ofertadas pela empresas contratantes e investem no próprio desenvolvimento pessoal e profissional almejando, além da concessão de vaga, melhor remuneração e plano de carreira. De acordo com o levantamento realizado com profissionais com profissionais na ativa, 46% declararam ter saído da última empresa por ter recebido convite para ocupar um posto melhor e 21% por estarem insatisfeitos com as respectivas atividades.

As reclamações são justificadas, pois 36% nunca foram promovidos sendo que, destes, 70% têm graduação completa ou pós-graduação. No final das contas, e das cotas, os versos da música Comida (Titãs) traduzem esse sentimento: "A gente não quer só dinheiro / A gente quer dinheiro e felicidade / A gente não quer só dinheiro / A gente quer inteiro e não pela metade". Também reflete o slogan do Programa Pessoas com Deficiência do CIEE: "os jovens não precisam de caridade, mas de oportunidade". Vale ressaltar que o programa, mantido há 12 anos, já possibilitou o encaminhamento de oito mil estudantes deficientes para capacitação profissional em estágio em organizações privadas e órgãos públicos.

Estão colocados, portanto, dois desafios aos gestores de recursos humanos. O primeiro é o de cumprir as cotas, apoiando uma população estimada em 27 milhões de pessoas com deficiência, sendo 17 milhões em idade considerada ativa para o mercado de trabalho. E, segundo, oferecer condições de ascensão profissional a essas pessoas que já concorrem em pé de igualdade com os demais colaboradores. Há uma dívida história a ser resgatada e as empresas, órgãos públicos e entidades do 3º setor não podem se furtar a colaborar nesse momento decisivo. As adaptações necessárias para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência são mínimas frente aos obstáculos que elas sobrepujaram para chegar aonde chegaram. Além do mais, exemplos de superação e determinação sempre inspiram os demais colaboradores a colocar problemas aparentemente grandes em perspectiva. Melhorando, de maneira geral, o clima organizacional.

(*) É presidente executivo do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), da Academia Paulista de História e diretor da FIESP